

FINNIS, JOHN. *Fundamentos de Ética*. Tradução de Arthur M. Ferreira Neto. Revisão técnica de Elton Somensi de Oliveira. Apresentação de Arthur M. Ferreira Neto e Elton Somensi de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Coleção Teoria e Filosofia do Direito (coord. de Ronaldo Porto Macedo Jr.). Título original: "Fundamentals of Ethics". 162 pp. ISBN 978-85-352-3814-3.

por *Lucas Almeida Maia*<sup>1</sup>



*Fundamentos de Ética* reúne o conteúdo de seis palestras ministradas por John Finnis em 1982. Finnis é professor de Direito e de Filosofia da Universidade de Oxford e professor de Teoria do Direito, Política e Direito Constitucional da Universidade de Notre Dame. Ademais, é considerado um dos principais defensores do jusnaturalismo, sendo *Natural Law and Natural Rights* sua grande obra.

No primeiro capítulo, cujo título é "*A praticidade da ética*", o autor procura defender a primazia do caráter prático da ética, posto que, esta visa à realização de escolhas direcionadas aos bens humanos. Finnis ainda apresenta as três questões éticas que considera estratégicas para que possam ser respondidas todas as outras questões práticas: "É justo que morra um inocente para que não pereça uma nação?"; "É melhor sofrer o mal ou fazê-lo?"; "Devo viver apenas para experiências prazerosas?". Merece destaque a sua defesa da irracionalidade do não engajamento na atividade ética. Finnis argumenta que ao justificar que a ética não vale a pena, aquele que o faz já estaria fazendo ética, visto que pondera entre duas escolhas: fazer ou não fazer. Por fim, o autor discute a visão de dois neoaristotélicos: Mortimer Adler e Henry Veatch.

---

<sup>1</sup> Lucas Almeida Maia cursa o Bacharelado em Direito na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - Seropédica).

No capítulo seguinte, "*Desejo, entendimento e bens humanos*", o autor trabalha a redução da ética a meros desejos, feita por autores como John Mackie, procurando mostrar como a Ética pode ser objetiva – não só na deliberação dos meios, mas também dos fins. Para isso, considera a ação dos ouvintes de sua palestra que, embora possam sofrer obstáculos como o cansaço, escolhem assisti-la por identificarem um bem. Ainda neste capítulo, Finnis propõe o experimento mental da chamada "máquina de experiências", com a pretensão de demonstrar que a finalidade da existência humana não é o prazer. Além disso, trata das considerações de Bernard Lonergan sobre o "*bem da ordem*", que apesar de ser um bem inteligível, não afasta Lonergan das posições empiristas, visto que tal bem condicionaria "*a realização do desejo de cada homem*". Em seguida, fala sobre a participação nos bens, citando como exemplo a escolha da carreira de enfermagem, onde, geralmente, a preocupação não está na preservação da própria vida, mas na de outros. Aborda, também, as teorias restritas do bem humano – bens necessários – que seriam motivadas pelo temor de uma teoria que culminasse numa política autoritária. Finnis defende que esse medo não se justifica, já que a liberdade, sendo um bem, encontraria seu lugar numa correta teoria dos bens humanos. Por fim, apresenta a sua lista de aspectos básicos do bem-estar humano – todos igualmente básicos: vida, conhecimento, jogo, experiência estética, sociabilidade (amizade), razoabilidade prática e religião.

No terceiro capítulo, "*Objetividade, verdade e princípios morais*", Finnis trata do que considera os dois principais argumentos céticos: o argumento da estranheza e o argumento da relatividade. O primeiro diz que conhecer os valores objetivos "*só seria possível por meio de alguma faculdade especial de percepção moral*" que fornecesse a resposta do *porquê* de algo ser objetivamente certo/errado. Para responder isso, Finnis faz uma comparação com a verdade ou falsidade das proposições, afirmando ser o *porquê* de sua validade (das proposições) tão misterioso quanto o *porquê* da validade dos valores objetivos. O segundo, da relatividade, versa sobre a variedade de códigos morais que evidenciarão uma não objetividade das crenças morais. Quanto a este, Finnis argumenta que as "*formas básicas de bem humano*", pelo contrário, são reconhecidas com "*quase universalidade, em todos os tempos e lugares*". Neste capítulo, é importante citar, o autor trata também das ideias de David Wiggins e os seus truísmos a respeito da verdade; sobre a posição de Tomás de Aquino quanto à identificação dos fins que fariam parte do "*florescimento humano*"; além de expor o que chama de "*princípio-mestre do raciocínio ético*": fazer escolhas abrindo-se a realização humana. Por fim, merece destaque o alerta do autor para o equívoco de se considerar que, se não há uma única resposta certa para um problema moral, ele não possui uma resposta objetivamente correta.

No capítulo seguinte, "*Utilitarismo, consequencialismo, proporcionalismo... ou ética?*", o autor comenta sobre a corrente que denominará "*proporcionalismo*", a qual englobará tanto utilitaristas quanto consequencialistas. Tal corrente identifica "*a escolha moralmente correta como a que trará uma melhor proporção entre*

*benefícios e danos*". O principal argumento de Finnis contra esta corrente é que um cálculo entre benefícios e danos seria impraticável devido à "incomensurabilidade dos bens". Concluindo que os argumentos proporcionalistas seriam "*meras racionalizações*" e que através desse método seria possível produzir tanto argumentos a favor quanto contra qualquer solução. Em seguida, o autor defende que as soluções deveriam ser avaliadas por meio das "*exigências da razoabilidade prática*", derivadas do princípio-mestre já citado. Por fim, vale dizer, trata das ideias de John Smart a quem considera "*o principal filósofo contemporâneo defensor do utilitarismo*".

No capítulo cinco, "*Princípios kantianos e ética*", Finnis procura justificar que seu princípio – não se deve escolher contra qualquer bem humano básico – deve ser preferido ao imperativo categórico de Kant – tratar a humanidade como um fim e nunca como meio. O autor argumenta que a concepção de Kant é restrita por considerar *apenas um aspecto do "florescimento humano"*: a racionalidade. Assim, ignoraria outras "*oportunidades humanas*" que são abrangidas por seu princípio. Além disso, trata do que chama de princípio de Sócrates – é melhor sofrer o mal do que fazê-lo – um princípio que, à luz do proporcionalismo, não seria inteligível, visto que o critério de escolha correta seria "*exclusivamente (...) nos estados de coisas decorrentes da escolha*". Sócrates, argumenta, julgaria que matar um inocente é errado independente do resultado de sua escolha.

No sexto e último capítulo, "*Ética e nosso destino*", Finnis trata do significado das escolhas livres – escolhas entre alternativas abertas – e seus efeitos transitivos – seus resultados no mundo – e intransitivos – a criação de uma identidade (autoconstituição). Ainda neste capítulo, trata da existência de Deus e da amizade com Ele. No último tópico, denominado *Sobre as coisas últimas*, relaciona os significados permanentes das escolhas imorais na relação com Deus e com os outros. E, por fim, trata da possibilidade do inferno aos que escolhem livremente contra a amizade com Deus.